

DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL À PESQUISA: REFLEXÕES SOBRE O ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES TRANS NO ENSINO MÉDIO

FROM PROFESSIONAL EXPERIENCE TO RESEARCH: REFLECTIONS ON SUPPORTING TRANS STUDENTS IN HIGH SCHOOL

Tamara Campos¹, Lilian de Oliveira Silva Rosa ²

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO AFYA. E-mail: tamara.campos86@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO AFYA. E-mail: liliancederj@gmail.com

Eixo Temático: 06

RESUMO

A vivência profissional no campo da educação possibilita o contato cotidiano com diferentes demandas relacionadas à formação, à convivência e aos direitos dos estudantes. Nesse contexto, o atendimento a estudantes com identidade transgênero no Ensino Médio, especialmente diante de demandas relacionadas ao reconhecimento dessa identidade e ao uso do nome social, constituiu uma experiência que provocou questionamentos sobre a atuação da equipe pedagógica e sobre os conhecimentos necessários para um acolhimento que ultrapassasse o cumprimento formal das normativas educacionais. O presente relato tem como objetivo apresentar e refletir sobre essa experiência acadêmico-profissional, destacando os desafios identificados, o processo de busca por fundamentação e formação e os desdobramentos dessa vivência para a prática profissional e para a construção de uma pesquisa de doutorado. A experiência teve como ponto de partida o contato profissional com estudantes que buscavam o reconhecimento de suas identidades no ambiente escolar, seguido pela percepção de lacunas formativas e pela busca de conhecimentos legais, pedagógicos e teóricos sobre gênero, identidade e diversidade. O aprofundamento da temática possibilitou ampliar a compreensão sobre o papel da equipe pedagógica na mediação dessas demandas e contribuiu para a construção do projeto de pesquisa atualmente desenvolvido no doutorado. A experiência evidencia a importância da formação profissional e da reflexão sobre práticas institucionais voltadas ao reconhecimento da diversidade e à garantia de direitos no espaço escolar.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Educação. Estudante trans. Nome social. Diversidade.

ABSTRACT

Professional experience in the field of education enables daily contact with different demands related to students' development, coexistence, and rights. In this context, supporting trans students in high school, especially in situations involving recognition of gender identity and the use of social names, constituted an experience that raised questions about the role of the pedagogical team and the knowledge required for support that goes beyond the formal fulfillment of educational regulations. This experience report aims to present and reflect on

this academic-professional experience, highlighting the challenges identified, the process of seeking theoretical and professional training, and the developments of this experience for professional practice and for the construction of a doctoral research project. The experience began with professional contact with students who sought recognition of their identities within the school environment, followed by the perception of training gaps and the search for legal, pedagogical, and theoretical knowledge concerning gender, identity, and diversity. Further study of the topic broadened the understanding of the role of the pedagogical team in mediating these demands and contributed to the construction of the research project currently being developed as part of the doctoral program. The experience highlights the importance of professional training and reflection on institutional practices aimed at recognizing diversity and guaranteeing rights within the school environment.

Keywords: Gender Identity. Education. Trans Students. Social Name. Diversity.

INTRODUÇÃO

A escola constitui um espaço de formação de sujeitos e de convivência entre diferentes formas de existência, identidades e experiências sociais. Neste ambiente, as questões relacionadas à diversidade de gênero assumem particular relevância diante das situações de preconceito, invisibilização e dificuldades de reconhecimento vivenciadas por pessoas trans.

A compreensão destas questões exige considerar que as identidades não constituem elementos fixos ou imutáveis, mas processos construídos e reconstruídos nas relações sociais. Hall¹ compreende a identidade como um processo contínuo, atravessado por diferentes pertencimentos e experiências. Além deste conceito, considera-se também a visão de Louro², que entende gênero como construção social, histórica e cultural, problematizando a questão social das diferenças de gênero no espaço educacional.

A compreensão das relações de gênero também demanda questionar concepções que naturalizam a divisão binária entre masculino e feminino. Beauvoir³ contribui para essa discussão ao evidenciar a dimensão social da construção do feminino, enquanto Foucault⁴ analisa a sexualidade como elemento atravessado por relações de saber e poder. Butler⁵, por sua vez, questiona a naturalização das identidades de gênero e discute a performatividade como elemento constitutivo de sua produção social. No contexto brasileiro, os estudos de Bento⁶⁻⁸ ampliam a reflexão sobre as experiências de pessoas trans e os efeitos das normas sociais sobre seus corpos e identidades.

No campo educacional, essas questões assumem uma dimensão concreta quando estudantes passam a reivindicar o reconhecimento de sua identidade de gênero. O uso do nome social constitui uma dessas demandas e encontra respaldo em normativas brasileiras. Algumas das normativas que perpassam o presente relato são o Decreto nº 8.727/2016

regulamentou o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero na administração pública federal,⁹ o Parecer CNE/CP nº 14/2017 e a Resolução CNE/CP nº 1/2018, que estabeleceram orientações específicas para o contexto educacional.¹⁰⁻¹¹ Mais recentemente, a Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, ampliou as orientações relacionadas às condições de acesso e permanência de pessoas trans nos sistemas e instituições de ensino.¹²

A relevância dessa temática tornou-se particularmente significativa a partir da experiência profissional de uma das autoras como pedagoga e integrante da equipe responsável pelo acompanhamento educacional de estudantes do Ensino Médio. O contato com demandas relacionadas ao reconhecimento da identidade de gênero e ao uso do nome social evidenciou que o cumprimento da normativa, embora fundamental, não esgota as questões envolvidas no acolhimento destes estudantes. A experiência também revelou dúvidas relacionadas à atuação profissional, à mediação das relações interpessoais e à necessidade de conhecimentos que ultrapassassem a dimensão estritamente administrativa do uso do nome social.

Diante deste contexto, o presente relato tem como objetivo apresentar e refletir sobre a experiência acadêmico-profissional vivenciada no atendimento a demandas relacionadas à identidade de gênero e ao uso do nome social por estudantes trans no Ensino Médio, destacando os desafios encontrados, o processo de busca por formação e os desdobramentos dessa experiência para a prática profissional e para a construção de uma pesquisa de doutorado sobre a temática.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência relatada está relacionada à atuação profissional de uma das autoras como pedagoga em instituição federal de ensino que atende estudantes do Ensino Médio. Neste contexto, o cotidiano profissional envolve o acompanhamento de adolescentes e jovens em diferentes aspectos de sua trajetória escolar, incluindo situações relacionadas ao desenvolvimento, à convivência, às relações interpessoais e às demandas apresentadas pelos próprios estudantes.

O contato com estudantes trans e com demandas relacionadas ao reconhecimento da identidade de gênero constituiu um momento de mudança na percepção sobre as atribuições profissionais envolvidas no acompanhamento pedagógico. A partir dessas situações, a demanda pelo uso do nome social passou a ser compreendida não apenas como uma

solicitação administrativa, mas como uma manifestação relacionada ao reconhecimento da identidade do estudante no espaço escolar.

A regulamentação do uso do nome social na educação básica, estabelecida pela Resolução CNE/CP nº 1/2018,¹¹ representou importante referência para o atendimento dessas demandas. Entretanto, a experiência profissional revelou que a existência de uma normativa não necessariamente oferece respostas para todas as situações que podem surgir no cotidiano escolar. Questões relacionadas à comunicação com o estudante, à relação com os demais sujeitos da comunidade escolar, à família, às formas de acolhimento e à mediação de possíveis conflitos também passaram a integrar o campo de preocupações da atuação pedagógica.

Foi nesse processo que se evidenciou uma lacuna na própria formação profissional da autora. Embora houvesse conhecimento sobre aspectos gerais da atuação pedagógica e sobre o acompanhamento dos estudantes, não havia, naquele momento, uma formação específica que oferecesse subsídios suficientes para lidar com as particularidades relacionadas à identidade de gênero e à transgeneridade.

A percepção dessa lacuna não se restringiu à experiência individual. A partir do diálogo com outros profissionais da área, foram identificadas dúvidas e inquietações semelhantes diante de situações que envolviam estudantes trans. A constatação de que diferentes profissionais poderiam estar enfrentando dificuldades semelhantes ampliou a compreensão de que a questão não se limitava a uma necessidade pessoal de conhecimento, mas poderia estar relacionada também à formação e aos suportes oferecidos aos profissionais da educação.

Diante desse cenário, iniciou-se um processo de busca por informações e fundamentação sobre a temática. Essa busca ocorreu tanto no campo legal quanto no campo teórico e pedagógico. O conhecimento das normativas relacionadas ao nome social foi acompanhado pelo aprofundamento de estudos sobre gênero, identidade, sexualidade, diversidade e educação.

Nesse percurso, a experiência profissional também passou a ser compreendida como espaço de aprendizagem. As situações vivenciadas provocaram questionamentos sobre a própria prática e sobre a responsabilidade da equipe pedagógica diante de estudantes que buscavam reconhecimento. A escuta das demandas apresentadas pelos estudantes passou a ser acompanhada por uma preocupação maior com a necessidade de fundamentar as intervenções realizadas.

A experiência também produziu um movimento de aproximação entre prática profissional e formação acadêmica. A busca por maior compreensão da temática levou ao aprofundamento dos estudos sobre gênero e sexualidade e, posteriormente, à elaboração de um projeto de pesquisa de doutorado voltado ao estudo do uso do nome social no Ensino Médio e à atuação do profissional da equipe pedagógica no atendimento às demandas de estudantes trans.

O projeto de doutorado parte justamente de questões que emergiram dessa experiência profissional. Entre elas estão as dificuldades encontradas pelos profissionais, as lacunas de formação, o acesso a informações e suportes institucionais e a necessidade de compreender como a equipe pedagógica pode atuar diante das demandas relacionadas ao reconhecimento da identidade de gênero no ambiente escolar.

A experiência, portanto, não é apresentada como resultado de uma investigação concluída, mas como um percurso que possibilitou a construção de uma problemática de pesquisa. O contato com situações concretas do cotidiano escolar produziu inquietações que conduziram à busca por conhecimento e ampliou a compreensão da prática. Esse processo contribuiu para a construção de uma investigação acadêmica mais sistematizada.

Nesse sentido, tal experiência tem permitido reconhecer que o acolhimento de estudantes trans no ambiente escolar não deve ser reduzido ao cumprimento formal do uso do nome social. Embora o reconhecimento documental constitua um direito fundamental, o cotidiano escolar envolve relações, práticas e comportamentos que também participam da construção do sentimento de pertencimento, inclusão e reconhecimento do estudante.

A trajetória vivenciada possibilitou, assim, uma ampliação progressiva do olhar sobre a atuação pedagógica. O profissional passou a ser compreendido não apenas como aquele que operacionaliza uma demanda institucional, mas também como sujeito que pode atuar na escuta, na mediação e na construção de práticas educativas comprometidas com o reconhecimento da diversidade.

Essa compreensão constituiu um dos principais elementos que conduziram à elaboração da pesquisa de doutorado atualmente desenvolvida. A experiência profissional, portanto, não se encerra na situação vivenciada, mas permanece como elemento formador e como ponto de partida para novas perguntas, investigações e possibilidades de intervenção no campo educacional.

CONCLUSÃO

A experiência relatada permitiu compreender que o atendimento às demandas de estudantes trans no Ensino Médio constitui uma questão que ultrapassa a dimensão administrativa do uso do nome social, envolvendo reconhecimento, pertencimento, relações interpessoais, formação profissional e garantia de direitos. O contato com essas demandas evidenciou lacunas de conhecimento e provocou um processo de busca por fundamentação teórica, legal e pedagógica, contribuindo para o aprimoramento da prática profissional.

Como principal desdobramento, a experiência possibilitou aproximar a prática profissional da formação acadêmica e contribuiu para a construção de uma pesquisa de doutorado dedicada à atuação da equipe pedagógica diante das demandas relacionadas ao reconhecimento da identidade de gênero e ao uso do nome social. O percurso evidencia, ainda, a importância da formação continuada e da reflexão sobre as práticas institucionais para a construção de espaços escolares comprometidos com a diversidade, o reconhecimento e a garantia de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Hall S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2006.
2. Louro GL. Gênero, sexo e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes; 1997.
3. Beauvoir S. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro; 2014.
4. Foucault M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1988.
5. Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
6. Bento B. O que é transexualidade? São Paulo: Brasiliense; 2008.
7. Bento B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2. ed. Natal: EDUFRN; 2014.
8. Bento B. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA; 2017.
9. Brasil. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF; 2016.
10. Brasil. Parecer CNE/CP nº 14/2017. Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. Brasília, DF: Ministério da Educação; 2017.
11. Brasil. Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília, DF: Ministério da Educação; 2018.
12. Brasil. Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, pessoas transmasculinas e não binárias nos sistemas e instituições de ensino. Brasília, DF; 2023.